

## USINA CATENDE: lutas sociais e educação popular para um desenvolvimento regional<sup>1</sup>

José Francisco de Melo Neto<sup>2</sup>

No início da década passada, com maior ênfase na Zona da Mata nordestina do Brasil, região da cana-de-açúcar, radicalizam-se vários tipos de lutas sociais de trabalhadores na busca de melhores condições de vida e trabalho, em especial no Estado de Pernambuco, na Usina Catende<sup>3</sup>. Essa experiência tem despertado interesses de analistas vários, decorrentes das tentativas e implementação de suas políticas, e que possibilitam mostrar a contribuição da *Educação Popular* para as lutas sociais, bem como, para a formulação de bases de um desenvolvimento local e regional.

### *Histórico*

O cultivo da cana-de-açúcar vem sendo fincado em marcos do passado, a partir da ocupação do território brasileiro pelos portugueses, desde o século XVI. Fruto da busca por metais preciosos por estas partes do mundo, implanta-se um tipo de cultura agrícola singular na colônia. Juntamente com o cultivo da cana, pouco a pouco estabeleceu-se um sistema de exploração humana, decorrente da forma de ocupação do solo e das relações estabelecidas entre as pessoas. Essa sociedade, do tipo patriarcal, teve como base a figura

---

<sup>1</sup> Este texto tem como base empírica a pesquisa *Extensão universitária, autogestão e educação popular* realizada na Companhia Agrícola Harmonia – Usina Catende – na Zona da Mata Sul, Estado de Pernambuco, Brasil.

<sup>2</sup> Professor Titular em Filosofia e História da Educação, da Universidade Federal da Paraíba/Brasil, atuando no Programa de Pós-Graduação em Educação. Coordena o *Grupo de Pesquisa em Extensão Popular*.

<sup>3</sup> A Usina Catende foi considerada, na década de 60 do século passado, a mais importante produtora de açúcar da América Latina. Faliu, na década de 90, estando judicialmente expressa como *massa falida*, sendo administrada por um conselho composto de técnicos, trabalhadores da própria usina e dirigentes sindicais rurais de cinco municípios do seu entorno. A usina situa-se no município de mesmo nome, congregando ainda os municípios de Água Preta, Palmares, Maraiial, Jaqueira e Xexéu, todos na região da Mata Sul, do Estado de Pernambuco.

do senhor de engenho que, em sua propriedade, deteve o poder de vida e de morte sobre escravos, empregados e moradores.

Cercara-se de capatazes, mestres de açúcar, destiladores de aguardente, caixeiros, funileiros, tanoeiros e capelães, os responsáveis pela sustentação religiosa das formas de ação, às vezes impiedosas, daqueles senhores. Formavam um grupo de trabalhadores remunerados. Além destes, compunham o quadro social da época os plantadores de cana que, sem a posse dos engenhos, moíam as suas canas no engenho dos outros, os pequenos arrendatários e os trabalhadores livres, acrescidos com o declínio do tráfico negreiro. Completava-se o quadro social com os funcionários reais e os comerciantes.

Essa sociedade esteve marcada por profundos conflitos entre esses setores sociais, destacando as lutas entre senhores e escravos, geradores de atos de assassinatos, fugas de escravos, fazendo surgir os quilombos, entre eles, os de Palmares e de Catucá. Destaque-se a Guerra dos Cabanos, em que negros escravos, brancos pobres e indígenas moveram-se contra o poder governamental.

Aqueles senhores de engenhos de açúcar, em geral, mantiveram-se como os proprietários das usinas. Formaram famílias que continuam interligadas entre si, não só por interesses econômicos como, também, por laços de parentesco. Enraizaram um singular receituário de desenvolvimento e um estilo de cultura na região que insistem em permanecer.

A forma secular de exploração canavieira gerou um modelo de desenvolvimento responsável por impactos sociais e ambientais, decorrente de suas características desde épocas passadas, estando presentes até os dias de hoje. Atributos expressos pela exploração da cana em regime de monocultura, caracterizados por propriedades de grandes extensões de terra (latifúndios), mão-de-obra escrava e negra, mantidos até o século XIX. Definiram formas de expansão indiscriminada e sem planejamento com a conseqüente destruição das florestas (Mata Atlântica). Introduziram o intervencionismo estatal, alimentaram o estilo familiar de gestão empresarial e promoveram o domínio do poder político e econômico, por parte dos empresários do setor.

Mas, a competitividade internacional do açúcar, gerada por outras colônias produtoras, conduziu a cultura da cana ao seu aperfeiçoamento técnico, investindo em certos aspectos agrícolas e industriais, considerando a característica da extração do açúcar

como uma agroindústria. As moendas dos engenhos evoluíram da madeira para o ferro, deixando a forma vertical pela horizontal. A concorrência com o açúcar de beterraba exigiu a construção de outros meios de transportes como as ferrovias, visando a redução de custos. Com essa perspectiva, as últimas décadas do século XIX foram marcadas pela busca de planícies, em várias regiões do país, e implantação de novas técnicas no plantio, na colheita e na produção de outros tipos de açúcar, que não apenas o *mascavo*, com outro padrão de qualidade. É na esteira do avanço técnico dos engenhos banguês, transformados em usinas, que nos idos de 1892, edifica-se a Usina Catende, na Zona da Mata Sul de Pernambuco. Trata-se de um momento de expressiva expansão usineira no Estado, atingindo, aproximadamente, entre 1917 e 1918, um total de 46 usinas de açúcar, chegando a 54 em décadas posteriores.

Todavia, esta cultura, a partir do início do século XX, vem mostrando várias debilidades com o não acompanhamento do desenvolvimento industrial. Tornara-se urgente a sua atualização técnica, diante das práticas seculares da mão-de-obra escrava. Raros foram os estudos de custos agrícolas e preços da matéria-prima. O financiamento por parte do governo vira peça fundamental para a lavoura canavieira, além da definição de tarifas para transporte e dos impostos.

A situação de crise tem sido uma constante cíclica na cultura da cana. No início do século passado, discutiu-se no Rio de Janeiro e, posteriormente, em Pernambuco, o plano de valorização do açúcar, apoiado pelo então governador e também usineiro. Desta reunião, destacou-se a necessidade da modernização das usinas, da elevação da produtividade, de uma melhor remuneração para os fornecedores, da intensificação do trabalho de educação, do barateamento do crédito agrícola, além da introdução de outras variedades de cana que fossem mais rentáveis. É criado um sindicato próprio para a organização do comércio do açúcar. Além disso, a exemplo da Usina Serra Grande, no vizinho Estado de Alagoas, foi também proposto a diversificação da monocultura da cana, com a plantação do café, da seringueira e a prática da fruticultura. E, ainda, apresentaram-se como fundamentais não só a diversificação da cultura da cana como, também, a modernização agrícola e industrial do setor.

Vive-se um novo início de século. Agora, intensificam-se movimentos de mundialização da economia que passam a exigir maior rigor quanto à qualidade do açúcar,

direcionando as preocupações para os custos do setor. Estes se apresentam com um forte diferencial de produtividade nas terras nordestinas, comparativamente às demais regiões do país<sup>4</sup>. Para aumentar as dificuldades, verifica-se a incidência de forte carga tributária nacional com os encargos tributários e previdenciários que atingem o faturamento, a folha salarial e o lucro da atividade agrícola e industrial açucareira.

Ora, estes problemas podem estar equacionados pelas políticas governamentais para o setor e para cada região do país. Dois ministérios, o da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e o do Desenvolvimento, acompanhados por um conjunto expressivo de secretarias e conselhos, juntamente com a Agência Nacional do Petróleo e o Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool, com apoio do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) formam um conjunto de órgãos federais que traçam as políticas e o fomento para o setor sucro-alcooleiro. Mas, segundo análises resultantes de pesquisas acadêmicas e dos movimentos sociais, as políticas para o setor têm sido dirigidas com maior ênfase ao planejamento, à gestão e ao estímulo de atividades com subsídios indiscriminados, com pouco ou quase nenhum controle de eficiência e de aplicação desses recursos.

Constituindo um quadro estrutural da história da exploração canavieira no país, essas tradições, tanto na cultura do açúcar, com suas recorrentes relações, quanto nas políticas públicas, fizeram surgir um profundo quadro de exclusão social e de extrema pobreza. Basta ver que no Estado de Pernambuco, com um total de 184 municípios, em 116 deles, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) está abaixo de 0,500. Nos municípios da Região da Zona da Mata nordestina, esses índices variam de 0,296 a 0,479. No campo educacional, os índices do analfabetismo apresentados pelo IBGE, em 2002, estão em patamares alarmantes. Se a média nacional atinge a cifra de 16,67% de analfabetos, chegando a 32,60% na área rural, nas regiões canavieiras de Pernambuco e Alagoas, essas cifras alcançam percentuais de 27% a 45%, com índices insuportáveis para o Estado de Alagoas.

Todavia, quais são as questões econômicas ou sociais que nesse início de milênio desafiam o setor sucro-alcooleiro? Muitas dessas questões apresentam-se prisioneiras da

---

<sup>4</sup> Se no Centro-Sul o custo da produção por hectare (valores de 2003) pode girar num intervalo de US\$ 160 a US\$ 190 por tonelada, na região da mata nordestina, atinge cifras de até US\$ 300.

estrutura montada de séculos passados, desafiando, do ponto de vista político ou técnico, as capacidades acumuladas de conhecimento na produção do açúcar. Pode-se dizer que os custos de produção na área rural e industrial agudizam-se, demandando investimentos em técnicas de plantio e de extração do açúcar e do álcool. A inovação técnica torna-se também imperiosa. Não se pode deixar de manter um crescimento dimensionado em análises de mercado e de possíveis novas políticas para o açúcar e para o álcool, com ênfase à diversificação produtiva com perspectiva para a produção orgânica.

Um processo de implantação de inovações, contudo, exige urgência em investimentos no humano, quase sempre esquecido. Permanece, ainda, uma profunda defasagem escolar, observando-se o grau de analfabetismo ou mesmo os poucos anos de escola dos trabalhadores rurais. O trabalhador deste setor agroindustrial continua padecendo das mazelas do modo concentrador de renda e da terra em que vive, abalando os processos produtivos familiares e, sobretudo, ambientais. Enquanto a cana apresenta-se como algo certo e gerador de riqueza, faz-se mister a criação de alternativas sustentáveis de geração de ocupação e renda para a região, sobressaindo as possibilidades de um *regime cooperado*. As reivindicações dos movimentos sociais apontam, ainda, para problemas de habitação, de saúde, de recomposição das florestas, alertando para o trabalho de criança, o trabalho clandestino, a aplicação e uso de agrotóxicos, os efeitos do implante de técnicas mecânicas e seus impactos sociais, além das questões salariais. Os trabalhadores alertam as autoridades para a essencial prioridade que é o seu sustento alimentar. Reclamam políticas que dêem prioridade ao mercado interno do país, pensando na distribuição de renda para todos. O manejo de culturas continua na pauta dos trabalhadores, com o aproveitamento das várzeas para o plantio da cana com apoio do crédito agrícola e com assistência técnica garantida. Mas, a implantação de novas culturas e o avanço do cultivo da cana podem estar orientados para um desenvolvimento e uma economia que fomentem experiências em bases solidárias. Para a sua realização, urgem processos organizativos dos setores populares na perspectiva de mudanças de correlações de forças dominantes. Daí, a importância da criação de bancos do povo e diferenciados modos de políticas tributárias e fiscais. É fundamental a assessoria técnica, administrativa, jurídica e mercadológica aos empreendimentos populares, sendo necessária a atuação desses setores na formulação de

políticas públicas, como na educação, capacitação tecnológica e profissional. Enfim, a modernização dos serviços públicos, priorizando o atendimento às maiorias.

### *Um cenário de lutas*

É neste tempo cultural que se situa a Usina Catende. O Projeto Harmonia/Catende surge na própria usina, no município de mesmo nome, a partir das lutas dos trabalhadores rurais, no início da década de 90. Inicialmente, concentrou suas atenções nos direitos às indenizações trabalhistas de 2.300 famílias, demitidas pelos usineiros - os donos da usina - em 1993. Essas lutas foram coordenadas pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos municípios (Catende, Palmares, Água Preta, Xexéu e Jaqueira), pela Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco – FETAPE, além dos operários da própria usina. Houve vários momentos de diferenciações dessa luta que passou por reivindicações como: *direito ao emprego* (1994), *reforma agrária* (1995/6), *manutenção do patrimônio como reserva de valor para pagamento dos direitos trabalhistas* (1996) e a *construção da Empresa dos Trabalhadores – Companhia Agrícola Harmonia* (1998) e, mais recentemente, volta-se ao fortalecimento de uma ***Cooperativa***.

Este projeto é uma confluência de forças políticas que envolvem a organização sindical, a qualidade técnica e política de colaboradores que participam da administração da massa falida, as políticas institucionais do Estado de Pernambuco e do Governo Federal (Governo Lula), identificadas, naquele momento, com as buscas de alternativas para a sobrevivência da Zona da Mata. São essas forças sindicais e dos operários que, no ano de 1995, exigem e conseguem a saída dos donos do controle do patrimônio – os usineiros. Em comum acordo com os maiores credores, Banco do Brasil e Governo do Estado, indicam um síndico para a administração geral das políticas da empresa.

Esse movimento de reorganização da usina promoveu vários estudos e debates com os trabalhadores ativos no processo de falência da empresa, contribuindo, efetivamente, para que as deliberações finais sobre a problemática da Catende fossem conquistadas de forma participativa e livre. Após longas discussões, tomaram as seguintes deliberações: 1) evitar o fechamento definitivo da empresa, impedindo a dilapidação de seu próprio

patrimônio, com a manutenção de 2.800 empregos diretos; 2) garantir empregos e possibilidades de geração de novos postos de trabalho; 3) recuperar a empresa em moldes da diversificação industrial e agrícola de culturas, e 4) construir e consolidar uma empresa autogestionária – a Companhia Agrícola Harmonia, caminhando para a criação de uma Cooperativa, a partir do ano de 2006, mas, tão somente, o patrimônio das terras, ficando de fora a fábrica(usina).

O patrimônio deste novo empreendimento político dos trabalhadores, no município de Catende, em época de safra, envolve perto de 15.000 pessoas em suas atividades de produção de açúcar. Mantém um quadro permanente de, aproximadamente, 1.800 trabalhadores no campo e na indústria. É possuidora de 48 engenhos, num total de 26.000 hectares de terra, onde desenvolvem-se as atividades de plantio e colheita da cana. Vivem nessas terras 1.100 famílias, vinculadas à usina. Some-se a este patrimônio uma hidroelétrica, produzindo energia para além do consumo da empresa, em condições de venda de energia para demandas de até 4,4 MW. Várias casas-grandes, antigas residências de usineiros, que estão sendo utilizadas para atividades de educação, creches e alojamento para trabalhadores, grupos de voluntários e apoiadores do projeto, bem como para eventuais pesquisadores que buscam elementos teóricos aos seus trabalhos acadêmicos, nesta experiência em desenvolvimento. Existem, com potencial de uso, 8 açudes de variada capacidade de armazenamento de água que, somados, podem irrigar até 4.000 hectares das terras da usina, sendo a sua maior parte por gravidade. Há um parque industrial para a produção de açúcar, álcool (destilaria desativada) e ração animal, acompanhado de uma cerâmica industrial, uma metalúrgica e uma frota de 62 unidades entre caminhões e tratores. A tudo isto, estabelece-se uma inquebrantável força interior dos que se esmeram neste empreendimento, tanto trabalhador do campo como da cidade, na defesa intransigente pela permanência ativa da Usina Catende, mesmo que permeada de momentos de desânimos, quando os frutos esperados não são imediatamente alcançados. Contabilizam-se nesse patrimônio falido, dívidas, inclusive trabalhistas, que rondam a casa dos R\$ 960 milhões. Isto tudo abre para desafios políticos imensos, sobretudo quando os desejos apontam para um caminho que conduza ao exercício autogestionário.

São passados 13 anos de tentativas, de acertos e de erros, na busca de implantação do projeto Harmonia/Catende. *O que se pode apresentar como destaques, ao longo desse*

*tempo, de um movimento experimental e de intervenção social em uma realidade despedaçada e alienada de suas riquezas, e ao mesmo tempo cheia de potencialidades? Afinal, o que Catende tem a dizer dessa busca de sustentação econômica, para o desenvolvimento local e para a Zona da Mata do Nordeste do país?*

Durante esse espaço de tempo, vários acontecimentos, das mais diferenciadas dimensões, foram compondo o cotidiano do projeto. Primeiro, são os enfrentamentos jurídicos. É comum, em processos de falência, a dilapidação do patrimônio da empresa. Mas, aqui, não foi diferente. Os usineiros procuraram vender engenhos com as melhores terras ou mesmo partes do parque industrial. Foram, em boa parte, impedidos pela justiça e, em outros momentos, pela organização própria dos trabalhadores, que dificultaram a tomada de posse dessas terras pelos compradores - os 'laranjas' de usineiros. Foi marcante a reação política de forças que não viam importância alguma no projeto Harmonia/Catende, enquanto que enxergavam com clareza o avanço dos trabalhadores, construtores de suas próprias alternativas de vida. Isto levou à instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), por parte da Assembleia Legislativa Estadual, para análise da Catende/Harmonia, sob a alegação de desvio de dinheiro público aplicado naquele empreendimento. Nada, contudo, foi constatado, retomando-se a marcha organizativa dos trabalhadores. Houve duas ocupações de partes das terras pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), sendo recuperadas após exaustivos entendimentos entre os próprios trabalhadores. Enfrentou-se ainda uma grande enchente no rio que banha o parque industrial da empresa, conduzindo a prejuízos em torno de R\$ 3 milhões em um orçamento com dificuldades de atendimento à própria folha de pagamento. Conviveu-se com greves de trabalhadores no setor industrial, sendo superadas por meio do diálogo entre o setor da administração, com os sindicatos rurais e o sindicato da representação dos operários em greve. Some-se um incêndio (novembro de 2002) na casa central geradora da energia da usina, em plena fase de produção, com prejuízos em torno de R\$ 2 milhões. Tudo isto, no entanto, não chegou a arrefecer os ânimos dos trabalhadores que, sem comprometer a moagem\* em curso, mantiveram a estimativa da produção de 1 milhão e 50

---

\* A moagem – tempo de colheita da cana – estende-se, normalmente, do mês de setembro de um ano ao mês de março do ano seguinte.

mil sacos de açúcar de 50kg, atingindo no final da safra um total de aproximadamente 950 mil.

### *Algumas conquistas*

Nesses anos, salta aos olhos que os trabalhadores rurais, mesmo com dificuldades, iniciaram uma fase de maiores expectativas de se viver, permanecendo nos engenhos, reduzindo-se o êxodo rural. Superam-se, pouco a pouco, velhos preconceitos como a alcunha de preguiçoso ao trabalhador do campo. A usina, combinando recursos próprios com os de organizações não governamentais e do Estado, consegue reduzir o índice alarmante de quase 60% de analfabetos em sua área rural, para 35%, considerado ainda muito alto, isto até o ano 2000, continuando esse processo educativo. A empresa foi contemplada com o prêmio da Fundação Abrinq-Empresa Amiga da Criança, como reconhecimento da erradicação do trabalho infantil em seus canaviais. Reabre uma policlínica em convênios com Centros de Mulheres (Ongs), implantando programas de saúde da mulher. Em suas programações de cursos, procura atender às cotas reivindicadas pelas mulheres. Vários projetos governamentais têm sido buscados pela usina para garantir a segurança alimentar das populações rurais, sobretudo em momentos de entressafra da cana. Implantou-se uma fábrica de ração derivada do bagaço de cana-de-açúcar, com tecnologia cubana, pelo processo de hidrólise do bagaço e enriquecimento, através do vapor e mel - produtos da própria usina - mais a uréia, mantendo-se a discussão de sua importância e viabilidade econômica, estando, hoje, desativada. Foram feitos investimentos na recuperação da hidroelétrica, possibilitando a revenda da energia ao Estado, decorrente da recente crise(apagão), que findou não sendo consolidada. Adquiriram-se novos equipamentos para o parque industrial como uma caldeira, com capacidade de 80 toneladas de vapor por hora e 21kgf por centímetro quadrado de pressão, aumentando e melhorando todo o processo da produção do açúcar. A usina passa a gerar e distribuir renda através de um projeto denominado *Cana de Morador*, onde o morador do engenho passou a plantar e colher a cana para si próprio, em terras da usina, contribuindo para melhoria de sua vida e seu enraizamento na terra, além de garantir a matéria-prima para a indústria. Inicialmente,

uma produção de 15 mil toneladas de cana que, após 4 anos de incentivos, ultrapassou a estimativa esperada de 120 mil toneladas para a safra de 2002/2003, chegando à cifra de 200 mil toneladas, em 2006. Outrora, esses moradores não dispunham de qualquer porção de terra para cultivo de culturas que não a cana, ou mesmo, a criação de animais de pequeno porte. Paralelamente, convive o projeto de Plantio Coletivo da Empresa, dispondo, atualmente, de 7.800 hectares de cana, 40 hectares de café conilon (não havendo continuidade do projeto), 130 hectares de milho e quase duas mil cabeças de gado, administradas pelos moradores desses engenhos.

O projeto Harmonia/Catende é herdeiro de problemas estruturais da cultura da cana-de-açúcar. Contém questões antigas e desafiantes para serem superadas, além de trazer novos questionamentos aos projetos de desenvolvimento e ao estilo econômico, em vigor. De forma deliberada, tem ponto central a necessidade da vida humana, comumente esquecida em megaprojetos governamentais para a região da mata. Todavia, parece que aqueles trabalhadores encontram ânimos em nomes sugestivos de seus próprios engenhos como Boas Novas, Porto Seguro, União, Ousadia, Harmonia e Esperança.

### *Desafios*

Contudo, o processo de falência continua, estando com todas as peças técnicas necessárias em mãos da justiça para a realização do fechamento que se espera e, tudo indica, favorável aos trabalhadores. Mesmo assim, não se pode parar. Definido o vetor, este aponta para a diversificação dos derivados da cana com sustentabilidade ambiental, aproveitando áreas não rentáveis ao cultivo dessa cultura e diversificação de seus derivados. Fomenta a agricultura familiar como a cana do morador do engenho, a pecuária, o beneficiamento dos derivados da mandioca, a piscicultura, a cana orgânica e a fruticultura. Tudo isto, ainda, pouco expressivo. Assim, há o estímulo de novas atividades produtivas e do pequeno produtor autônomo, gerando ocupação e renda, agregando valor econômico e simbólico à agricultura familiar e à construção da empresa dos trabalhadores em caminhos para uma autogestão planejada de seus produtores associados. Com a diversificação de cultura e o uso familiar da propriedade, espera-se contribuir para a

superação da monocultura da cana-de-açúcar, mantendo-a como o principal produto, porém estabelecendo novas relações sociais para além das formas tradicionais de dominação e intimidação dominantes.

O aspecto técnico que conduz para a alteração nas relações e na divisão do trabalho não tem havido maiores avanços, mesmo que cursos de educação técnica para a área rural e para atividades, no espaço interno da indústria, tenham ocorrido.

É possível afirmar-se que o exercício de *auto-análise*, provocado por cada momento que tem passado o projeto Harmonia/Catende, vem acontecendo, porém, sem sair da dimensão restrita de dirigentes, carecendo enraizar-se por todos os ambientes das pessoas envoltas diretamente no projeto. A *auto-análise*, como a capacidade do grupo de provocar estudos e discussão sobre aquilo que anda edificando socialmente, é uma das condições importantes para uma maior radicalidade na democracia do projeto, ainda não implantada em sua plenitude.

Há profundas diferenças de percepção quanto à *participação* em empreendimentos solidários. Elas são resultantes das várias dimensões existentes no processo participativo. Questionado sobre se os trabalhadores administram a Usina Catende, várias são as respostas:

*“Eu quero dizer que, na verdade, os trabalhadores ainda não administram completamente a usina, considerando que se vive um processo judicial. Mas, há uma preparação para que essa coisa no futuro aconteça, muito embora, todas as decisões e o processo que temos conduzido nesses sete anos de falência, têm sido construídas a partir do trabalhador. Então, na verdade, o trabalhador tem uma participação muito grande”* (Marivaldo – Presidente da Companhia Agrícola Harmonia/Catende, sendo, hoje, Síndico da Massa Falida)<sup>5</sup>.

A dimensão dessa participação diferencia-se quando a mesma questão é apresentada a outros trabalhadores. Observe-se a visão externada pelo dirigente sindical operário nesta indústria:

*“Não. Nem os operários administram Catende, nem os trabalhadores do campo administram Catende. Quem administra Catende é o Dr. Bruno Ribeiro, o Dr. Mário Borba e o Dr. Adalberto, que é o juiz da massa falida. Esses três são os*

---

<sup>5</sup> Esta citação e as demais que seguem estão nas entrevistas realizadas para a pesquisa – Extensão universitária, autogestão e educação popular, contidas no relatório: Usina Catende - entre a Doçura e a Harmonia, coordenada pelo Prof. Dr. José Francisco de Melo Neto, da Universidade Federal da Paraíba. Este relatório encontra-se na sede da Companhia Agrícola Harmonia, na Usina Catende, e nos 5 (cinco) Sindicatos de Trabalhadores Rurais do entorno da Usina Catende.

*administradores da Catende. Alguns companheiros também dão algum tipo de assessoria, acompanhando na questão administrativa. Eu acredito que futuramente, vamos administrar Catende, mas isso é um processo de longo prazo”* (Francisco Leandro – Vice-presidente do Sindicato dos Operários na Indústria de açúcar e do álcool do Estado de Pernambuco, e operário da Usina Catende).

Uma outra visão é a de trabalhadores do campo e que exercem algum tipo de liderança no ambiente de seu trabalho. A mesma questão adquire outra perspectiva ao considerarem que tem havido um salto muito expressivo.

*“Sim, com toda certeza. Administra porque eu sou trabalhador e eu me sinto no direito e no dever. Ninguém nunca me negou isso, por mais que tenha sido um pouco grosso. Eu chego na usina, entro na sala da Harmonia, digo o que eu quero dizer dentro do que eu vejo que está certo. Falo, discuto com o Dr. Mário, com o Dr. João, com o Marivaldo, com Natanael, com Amaro Jovino e com os companheiros que ali trabalham. Eu sinto que os trabalhadores são donos de Catende e administram a Catende. Há, inclusive, um conselho em que os presidentes dos 5 sindicatos rurais da região e do sindicato dos operários fazem parte”* (Elenildo Ferreira – Presidente de Associação do Engenho Riachão).

Outras perspectivas externadas mantêm-se muito próximas de respostas positivas e outras que se afastam dessa posição, questionando essa participação. As diferenciações parecem estar bastante relacionadas com o nível de informações que cada um está recebendo. Um dirigente de associação está mais próximo da direção central do empreendimento e, conseqüentemente, recebe um maior volume de informes nas conversas que participa, mesmo em caráter informal. As demais visões externam essa diferença quando apresentam uma maior cobrança para a participação, reivindicada pelos dirigentes sindicais. Há também o reconhecimento de que esta tem sido limitada, segundo afirma o próprio presidente do empreendimento Harmonia/Catende.

Outro aspecto é que existe diferenciação na visão e na participação interna dos empreendimentos com perspectivas solidárias, decorrentes das próprias *informações* que são repassadas, considerando as peculiaridades de negociações com o mercado internacional do açúcar. Há, em geral, um quantitativo dessas informações que não são colocadas à disposição do conjunto com antecedência, devido a velocidade das relações com o mercado. Outras, se quer, chegam a todos, refletindo na perspectiva de atuação de cada trabalhador e revelando uma diferenciação de sua influência sobre as questões de seu trabalho.

Também, podem ser destaque as *estruturas* de como os trabalhadores são escolhidos para realizarem suas tarefas de representação em empreendimentos com expressiva quantidade de trabalhadores envolvidos. Esses mecanismos interferem na participação nesses ambientes voltados a uma economia que possa tornar-se, efetivamente, solidária, provocando diferenciações em suas práticas.

É importante salientar que esses aspectos não necessariamente caminham juntos. Surgem ou desaparecem, diferenciadamente. Às vezes, avança-se em determinados espaços e em outros há retrocessos ou inexistência qualquer tipo de investimento naquela direção. Contudo, é importante que sejam considerados todos ao mesmo tempo, para efeito de melhor análise do empreendimento.

Sobre as dificuldades presentes no empreendimento Harmonia/Catende, observe-se:

*“Vejo que a intenção da indústria é muito boa. O trabalho em equipe é muito bom, só que, do lado do trabalhador rural, há uma resistência muito grande pela questão da cultura, do paternalismo e da submissão. Há uma resistência muito grande pelo lado do trabalhador em aceitar toda essa situação nova... Às vezes isso tem trazido conflitos entre Sindicato, trabalhador e Associação. Acho que isso é natural, pois o trabalho da monocultura da cana e da exploração é secular e é difícil mudar a concepção das pessoas”* (Edjane Lima – Professora e integrante da equipe de educação da Harmonia/Catende).

Ou mesmo quando a preocupação sobre o processo na Harmonia/Catende volta-se estritamente à questão da participação:

*“A minha preocupação é fazer com que esse projeto seja um projeto de todos e não um projeto de poucos. Os trabalhadores e trabalhadoras precisam estar discutindo, pensando e encaminhando a concretização desse projeto, porque entendo que o pessoal está muito à margem disso. Também acho que o trabalho informativo, educativo, de conscientização é que vai favorecer a participação dessas pessoas”* (Izabel Cristina – Assessora de Educação da Harmonia/Catende).

A mesma preocupação continua, porém, em um outro ângulo de visão e no estilo reivindicatório:

*“Vejo como maior dificuldade, o fato de que os trabalhadores não entendem aonde é que esse projeto quer chegar. E a dificuldade maior chama-se falta de informações. Esses são carentes de informações e querem participar. Na*

*realidade, eles participam só na produção, e as pessoas que administram tem esse cuidado. As pessoas que estão à frente aceitam apenas aquelas pessoas que sirvam para colaborar e não 'atrapalhar' com questionamento"* (Edvaldo Ramos – Diretor de Base do Sindicato dos Operários na Usina Catende).

Para Risadalvo José (Assessor da Harmonia/Catende), além dos problemas econômicos, sobre as dificuldades nos processos de participação que estão sendo encaminhados, cita que:

*"há problemas de se planejar estrategicamente a ação dos bons quadros e atores existentes em torno do projeto Harmonia/Catende. Todos aqueles dirigentes são importantíssimos mas é possível aproveitar, ainda mais, o potencial deles num todo. As pessoas também têm muito potencial e é necessário ajuda-los nisso. Não se pode sobrepor recursos, pessoas ou ações. Você tem várias pessoas e o projeto precisa avançar no conjunto. Catende tem 48 engenhos e precisa ter ações acontecendo em todos eles. Ações de educação popular, de formação de dirigentes de cooperativas, projetos com grupos de engenhos. Trabalho para todo mundo mas que precisa ser muito planejado".*

Experimentos dessa natureza estão na contramão de políticas que vinham sendo implementadas no Brasil e, hoje, com menor intensidade. São políticas que estavam defendendo o desenvolvimento, mesmo que para isso tivessem de promover a privatização das empresas do país, a falência e desnacionalização de empresas, o avanço do desemprego e, sobretudo, o fim da agricultura familiar com a conseqüente redução do mercado doméstico. Empreendimentos com a perspectiva de uma economia solidária enfrentam, assim como o da Usina Catende, outros maiores problemas que estão fora de suas condições de solução. Em projetos dessa natureza, não se pode esperar que venha resolver o problema do desemprego, considerando que este problema não tem dimensão apenas local ou regional. Sua solução no âmbito local, paradoxalmente, arrasta para si outras massas de desempregados de outras localidades.

Também, é de se notar que o avanço de um novo tipo de desenvolvimento, pautado em valores de uma economia popular ou solidária, vincula-se a outras necessárias tentativas em todo o território nacional e formação de redes internacionais de mercado solidário. Esses tipos de projetos precisam juntar-se a outros como um exercício experimental de alternativas que promovam possibilidades de igualdade, solidariedade e proteção ao meio

ambiente. Procuram encontrar caminhos, a partir dessa realidade mesma, cheia de profundos contrastes.

Mesmo assim, projetos locais constituem-se como eixo estratégico para governos com dimensões populares, partindo da constituição de uma força política local e movendo-se para um grande movimento nacional. Uma oportunidade, que vem se consubstanciando em todo o país, é a do planejamento participativo, a partir de experiências locais no Rio Grande do Sul, sobretudo. Isto só será possível com um maior alastramento de seus resultados e início de novas experiências que ajudem na construção de um outro modelo que possa combinar as lutas sociais com essas experiências locais, no embate com o modelo dominante de desenvolvimento. Um avanço para superação desse modelo capitalista torna-se possível quando se radicaliza na caminhada para a democracia, para a independência nacional e um desenvolvimento econômico que tenha como prioridade o social.

Mas, essa ampla caminhada de experimentos, buscas, acertos e erros e estímulos à organização e participação dos trabalhadores de forma ampla, nos vários setores da sociedade, só é facilitada por meio de um amplo processo educativo em que a própria educação sofra a interferência das classes trabalhadoras. Uma educação que possa estar voltada ao tempo dos trabalhadores e às dimensões ético-políticas que conduzem o dia-a-dia de cada indivíduo. Esta educação precisa expressar, também, as expressões populares – necessariamente, uma educação popular. Será necessário, contudo, o questionamento: *que tipo de educação é útil a esse processo de emancipação humana?*

### Educação popular

Diante de várias possibilidades em educação popular<sup>6</sup>, no momento político que se vive, alicerçado também nesta experiência, este debate parece cobrar reflexões sobre os

---

<sup>6</sup> Vários e importantes pesquisadores no campo da educação popular, como Vanilda Paiva, Osmar Fávero, Celso de Rui Biesiegel, Luiz Eduardo Wanderley, Carlos Rodrigues Brandão (sobretudo em suas obras da década de setenta e oitenta) vêm dificuldades na conceituação da educação popular, considerando a diversidade de movimentos onde pode ser exercitada.

Outros pesquisadores vêm contribuindo para o avanço do debate sobre as mais diferenciadas questões nesse campo. É possível citar alguns como Timothy Ireland, em educação de jovens e adultos; Eymard Vasconcelos, no campo da educação popular e saúde; Wojciech Kulesza, na metodologia e história das ciências e educação popular; Alder Júlio Calado, em movimentos sociais e educação popular; Luiz

vários elementos que podem estar conjugados, traduzindo uma formulação conceitual sobre a educação popular para as condições atuais. Se a premissa pode ser aceita, é razoável a delimitação de vários constituintes para a sua compreensão, podendo ser fundado a partir de um conjunto de categorias que tem estado sempre presente nesses exercícios educativos, isto é: *cultura, experiência histórica, popular, realidade concreta, trabalho, igualdade, autonomia/liberdade e diálogo*. São referências que vêm alimentando a história e as práticas em educação popular, constituindo-se como elementos essenciais para o seu exercício, fecundando a sua compreensão e o seu distanciamento de outros sistemas de educação e, sobretudo, contribuindo para um outro tipo de desenvolvimento nos marcos deste debate.

### *A cultura*

As análises e práticas em educação popular originam-se, normalmente, da compreensão de cultura. O método Paulo Freire de alfabetização, por exemplo, tem início com a definição de um universo vocabular, definido a partir da cultura naquele ambiente. Contudo, a perspectiva de cultura apresenta expressiva dificuldade em sua conceituação.

Pode-se observar, ainda, que a multiplicidade conceitual de cultura também traduz e expressa, do ponto de vista político, a visão alicerçada nas bases explicativas e dominantes da sociedade, em seus variados modos de produção. O início da cultura não é, portanto, datado, mas coincide com o processo de hominização.

*“A criação da cultura e a criação do homem são na verdade duas faces de um só e mesmo processo, que passa de principalmente orgânico na primeira fase a principalmente social na segunda, sem, contudo, em qualquer*

---

Rodrigues, nos aspectos psicológicos da educação popular e outros, no Programa de Pós-Graduação em Educação Popular, Comunicação e Cultura da Universidade Federal da Paraíba. Acompanham pensadores como Ettore Gelpi, na busca de novos paradigmas para a educação popular; Michel Seguíer com suas análises sobre a criatividade coletiva; Osmar Fávero, na história da educação popular; Francisco Vio Grossi, na educação de adultos na América Latina; Alfonso Lizáburu, Oscar Jara, João Francisco de Sousa e Sérgio Haddad, além de outros.

Há importantes arquivos de organismos que mantêm a sua atuação em educação popular, como o do Centro de Documentação e Informação (CEDI), o Centro Pastoral Vergueiro e o Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (CEPIS), o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU) e mais, recentemente, o Instituto Paulo Freire. Além destes, há um conjunto de organismos que atuam no campo de economia solidária, podendo contribuir ainda mais para a discussão em educação popular, como a ANTEAG, a FASE e ADS/CUT e outros.

*momento deixarem de estar presentes os dois aspectos e de se condicionarem reciprocamente”* (Pinto, 1979: 122).

Os produtos culturais são aqueles gerados dos mecanismos nos mais variados processos produtivos e os gerados da dimensão social presente nas relações humanas. Nesse sentido, torna-se ente cultural o museu, o quadro de famoso pintor, as esculturas de famosos escultores, etc. São expressões culturais os óculos ou lentes usadas no cotidiano, a caneta, a ferramenta de trabalho, o computador, a peça teatral, o trator, o *software*, o processo de produção de conhecimento, as idéias e a tecnologia. Todos estes entes são frutos do processo produtivo e resultantes da dimensão manual e intelectual da espécie humana.

A cultura, na perspectiva apresentada, isto é, como produto do processo produtivo, adquire dupla natureza. Cultura, expressa pelo bem produzido, torna-se *bem de consumo*, enquanto resultado expresso em coisas e artefatos e subjetivado em idéias gerais do mecanismo produtivo. Cultura se converte, ainda, em *bem de produção*, subjugando a realidade e submetendo-a às suas reflexões, gerando novos produtos e novas técnicas de exploração do mundo, dando-lhes, pelas idéias, significados e finalidades para as suas ações. Assim, é que a educação popular não pode deixar de lado a dimensão da cultura das pessoas ou dos grupos locais, incentivando todos a assumirem os bens culturais produzidos pela humanidade. Portanto, um elemento de destaque nos processos educativos em curso na Usina Catende.

### ***O popular***

Ao destacar a cultura, emerge o popular como uma necessidade de esclarecimento dessa compreensão. Nos processos educativos da usina, essa dimensão aponta visões do tipo apresentada como a de Souza (1999) que vincula o popular a determinados movimentos sociais. Esses movimentos expressam correntes de opiniões capazes de firmar interesses diante de posicionamentos contrários dos dominantes. Elas são externadas sobre os vários campos da existência individual e coletiva desses setores da sociedade. Nesse sentido, o autor considera os “segmentos sociais explorados, oprimidos e subordinados, cujos temas, quase sempre de maior incidência em suas vidas, em seu cotidiano, são:

trabalho, habitação, alimentação, participação, dignidade, paz, direitos humanos, meio-ambiente, gênero, gerações, etc” (ibid.: 38). Este temário caracterizaria um movimento social popular.

Esta última forma caracteriza-se como algo novo, na medida em que vincula a comunicação popular a algo voltado às classes subalternas da sociedade, às “lutas do povo”, adquirindo duas possibilidades, segundo Canclini (1987): a primeira concebe o *popular* como sendo algo *libertador, revolucionário* e portador de *conteúdos críticos*, concretizando-se através de alternativas marcantes no início da década de 80; a segunda nasce nos anos 90, diante das mudanças que vinham ocorrendo. Nessa concepção, o popular apresenta-se numa perspectiva dialética e mais flexível, como algo que contribua para a *democratização* da sociedade e da cultura.

Na perspectiva do *popular* como algo que promove a *democracia*, segundo Rodrigues (1999: 23), há a exigência de que os grupos que compõem o povo precisam se comportar democraticamente. Para ele, “muito mais através de ações que de palavras, a educação popular objetiva democratizar a sociedade e o Estado, mediante a formação de hábitos, atitudes, posturas e gestos democráticos, dentro dos grupos onde atua”. Na Usina Catende, pode-se vislumbrar o popular como algo que se expressa por encaminhamentos dirigidos a essas maiorias, pautado em procedimentos. Nessa concepção, *ser popular é tornar-se expressão de uma metodologia, mas só terá significado quando expressar uma visão de mundo em mudança*, contendo em suas ações a dimensão de propor saídas para as situações de miséria vividas pelo povo. É uma visão que exige iniciativas no plano político, normalmente, originais, pois marcam a própria autonomia desses movimentos definidores de um novo tecido social embasado em outros valores e objetivos. Esta perspectiva, entretanto, é bastante minoritária entre os ativistas dos movimentos sociais. Há, ainda, outras visões, pouco expressivas quantitativamente ou prisioneiras da idealização existente nesses movimentos sociais *populares*.

### *Concepções de popular*<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Pesquisa realizada sobre a compreensão de *popular*, entre vinte e oito dirigentes do Partido dos Trabalhadores, distribuídos em todas as regiões geográficas do Estado da Paraíba, e a quinze dirigentes de movimentos sociais populares, no ano de 2001. Desta pesquisa, resultou o livro: *Política e mudanças: perspectivas populares*, citado na bibliografia.

CAMPOS TEÓRICOS DAS CONCEPÇÕES	QUANTITATIVOS DAS CONCEPÇÕES
<p>1. <u>ORIGEM</u></p> <p>Algo é <i>popular</i> quando tem origem no povo, nas maiorias.</p> <p><u>Alguns indicadores</u><sup>8</sup>: <i>vem da base; vem da experiência do povo; vem da tradição do povo; vem das classes desprivilegiadas; vem das maiorias.</i></p> <p>2. <u>METODOLOGIA</u></p> <p>Algo é <i>popular</i> quando traz consigo um procedimento que incentive a participação, ou seja, um meio de veiculação e promoção para a busca da cidadania.</p> <p><u>Alguns indicadores</u>: <i>algo referente ao povo humilde; ampliando canais de participação; exercitando participação ativa; possibilitando tomada de decisão; ouvindo e implementando decisões; promovendo novas formas de intervenção das massas.</i></p> <p>3. <u>POSICIONAMENTO POLÍTICO-</u></p>	<p>20,68% das compreensões externadas apontam para a visão de que algo é popular quando tem essas origens.</p> <p>51,73% das compreensões externadas apontam para a visão de que algo é popular se expressar mecanismos que contribuam para o exercício da participação. Popular como sinônimo da própria prática.</p>

<sup>8</sup> Oitenta e sete indicadores foram selecionados para caracterizar as concepções de popular.

<p><u>FILOSÓFICO</u></p> <p>Algo é <i>popular</i> se expressar um cristalino posicionamento político-filosófico diante do mundo, trazendo consigo uma dimensão propositivo-ativa voltada aos interesses das maiorias.</p> <p><u>Alguns indicadores:</u> <i>assumindo as lutas do povo; atendendo interesses da população; resgatando a visão de um mundo em mudanças; propondo melhoria de vida do povo; trazendo a perspectiva do povo.</i></p> <p>4. <u>OUTROS ASPECTOS</u></p> <p>Foram apresentadas outras concepções trazendo as possibilidades de que ser <i>popular</i> passa pelo institucional. Pode ter origem no institucional, como sindicatos, associações ambientalistas, etc. Outros entendem que ser <i>popular</i> é uma questão de consciência.</p> <p><u>Alguns indicadores:</u> <i>Algo que vem de associação (comunidades de base, movimentos dos sem-terra, sindicato); uma questão de consciência.</i></p>	<p>21,84% das compreensões externadas apontam para a visão de que ser popular é posicionar-se diante do mundo, tomando um posição promotora de mudanças.</p> <p>5,71 % compreendem a questão do popular como algo que deverá estar na consciência de cada indivíduo.</p>
---	--

Como se vê, *popular* adquire uma plasticidade conceitual, exigindo, para os dias de hoje, uma definição que passa por movimentos dialéticos intrínsecos ao próprio conceito,

inserido no marco teórico da tradição e atualizado para as atuais exigências. Nessa perspectiva, é possível mostrar um movimento conceitual que envolva os elementos que sempre estiveram presentes nos variados momentos históricos e outros que foram sendo assimilados com o tempo. No caso da Catende, a dimensão metodológica teria, também, uma expressão maior, mantendo os aspectos *éticos* e *utópicos* que se tornam uma exigência social.

### *O concreto*

Uma educação popular para o processo Harmonia/Catende cobra uma metodologia que seja voltada às perspectivas de atendimento desses sonhos. A teoria do conhecimento dessa metodologia exige que os dados contribuam para gerar um conhecimento necessário e ainda se preste para atender os interesses das classes que se libertam. Os constituintes metodológicos para o campo da produção do conhecimento são os da metodologia dialética e os da teoria política da hegemonia<sup>9</sup>. A dialética a ser adotada externa-se como um método que se eleva do *abstrato ao concreto*. De forma triádica, pode-se expressar como um movimento em torno dos seguintes vetores: o concreto real, a abstração e construção teórica de um novo concreto e o concreto pensado. Um trabalho que procura realizar tal esforço teórico na busca de atuais e sustentáveis categorias para a compreensão desses movimentos em educação, estando politicamente definidos para dar impulso às transformações mais profundas – um movimento de educação popular no seio de um empreendimento econômico como este, em curso.

### *O trabalho*

---

<sup>9</sup>Uma das interpretações gramscianas de hegemonia é desenvolvida por Limoeiro Cardoso em seus dois livros: *La Construcción de conocimientos: cuestiones de teoría y método*; *Ideologia do Desenvolvimento-Brasil: JK-JQ*.

O trabalho possibilita o caminho das abstrações que conduz à definição de categorias do real, buscando aquelas categorias mais simples, porém com possibilidade de maiores explicações para a situação em que se encontram a realidade e as situações de determinação, onde estão acontecendo atividades de educação. O trabalho constitui-se como elemento constante na dimensão do popular, sendo o fazer educativo, o trabalho em si mesmo. Na educação voltada aos interesses dos trabalhadores, o trabalho intelectual dos atores dessa educação percorre o caminho da produção de abstrações mais gerais, com condições explicativas da situação de vida daquela comunidade ou grupo social.

Com essas abstrações mais gerais, torna-se possível a compreensão da situação do momento em que se vive, possibilitando, além disso, maiores e melhores explicações históricas das determinações de cada momento histórico dos objetos de estudo. Assim, torna-se possível a definição daqueles instrumentos teóricos, das categorias teóricas que possibilitam, finalmente, definir-se de que forma montar a análise e por onde começá-la, buscando resposta às questões levantadas. É um processo de trabalho que vislumbra a produção do conhecimento social e útil, capaz de tentar superar a realização do trabalho alienado e que insiste em permanecer quando se buscam as mudanças em quaisquer ambientes e, presentes, no ambiente cultural da Usina Catende.

Este trabalho social gera um produto que também apresenta suas contradições, mas que se constituirá, sobretudo, como uma mercadoria social, na medida em que é produzida por aqueles que realizam a educação de cunho popular. É um produto, seja conhecimento teórico ou tecnológico, que precisa ser gerenciado pelos produtores principais, tornando possível a socialização desse produto, caracterizando esse momento como o da devolução das análises ou outros produtos culturais aos seus produtores. Vive-se, nesse momento, a apropriação dos bens culturais, por meio desse trabalho intelectual ou técnico, sendo maior expressão o projeto *Cana de Morador*. Isto possibilita um novo agir sobre a realidade, gerando conhecimento nas ações pedagógicas, aprimorando, ainda mais, a capacidade de aprender desses atores, buscando dimensões outras de facilitação dessa aprendizagem, elaborando outra teoria em educação, e, ainda, desenvolvendo as habilidades políticas dos trabalhadores para intervirem na elaboração da própria política da educação com novas normas e orientações pedagógicas. Um trabalho que, do ponto de vista ontológico, orienta-

se para a realização das necessárias transformações, buscando-se a superação de processos de exclusão e promotores de injustiças.

### *A autonomia/liberdade*

Esse tipo de educação popular conduz, necessariamente, para a autonomia como elemento que funda esse tipo de educação. Autonomia que pode ser entendida como a condição de cada um poder governar-se por si mesmo e de forma independente<sup>10</sup>. Interliga-se com a liberdade, tendo em Kant o significado da capacidade que o indivíduo precisa agir por si mesmo. Como liberdade, autonomia pode traduzir um sentido *político*. É de Spencer a conhecida formulação de que “a liberdade de cada um termina onde começa a liberdade do outro”. Há, de forma explícita, uma delimitação para o exercício da autonomia, traduzida pela limitação direta do exercício da liberdade. Em destaque, o próprio ato de conhecer as dimensões da liberdade. Liberdade de poder exercer os direitos elementares da pessoa humana, como o de expressar o seu pensamento de forma oral ou escrita. Isto, contudo, traz em si mesmo a responsabilidade pela ação ou as conseqüências dos atos. Particularmente a forma oral, em que a educação popular se realiza, já lembra Freire, tem o papel de quebrar o silêncio incrustado nas pessoas.

Assegurar essa liberdade ao outro é a garantia do desejo de liberdade para o eu, um desejo intrínseco promovido nas metodologias de educação popular.

Autonomia, como *liberdade de*, traz consigo um sentido também *ético*. Ética aqui entendida como expressão do direito que tem a pessoa de agir sem constrangimento de qualquer força externa, sendo possível a sua concretização por meio diálogo.

### *O diálogo*

Mas, o que ocorre em Catende não pode caminhar por outras trilhas que não a do diálogo, um outro motor dessa educação popular. O diálogo como componente educativo

---

<sup>10</sup> Freire, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

faz parte da tradição grega, presente nos exercícios filosóficos de Platão, por meio de seus conhecidos diálogos<sup>11</sup>. Compõe igualmente, nos dias de hoje, o cerne do pensamento harbemasiano, constituindo-se no elemento ético básico de toda a formulação e exercícios educativos freireanos. Como um exercício teórico, torna-se prático na educação, tendo sua relevância como um projeto político-filosófico por meio da ação educativa, marcadamente, em processos de educação popular.

É mais que conhecido o limite da natureza e da inteligência de cada pessoa, impossibilitando a visão global de tudo, sozinha. Mas cada um pode comunicar-se e tomar conhecimento das idéias e sentimentos – sofrimentos, divergências e perspectivas - dos demais, tornando possível a discussão ou momentos educativos de ensinamentos e de aprendizagens. O diálogo, como uma capacidade humana de perguntar e responder ao outro, assegura essa possibilidade e como fundamento desse espaço privilegiado à aprendizagem e ao exercício ético. Diálogo como espaço à educação expresso pela relação intersubjetiva e estrutura do pensamento. Uma atitude que tem desafiado as relações humanas e o seu exercício educativo, considerando que o percurso do assumir e do experimentá-lo abre sempre o risco de o sujeito perder o seu mundo, mas que, na verdade, está ganhando-o na abertura, pelo mesmo diálogo, para o outro, educando-se no outro e educando-o, também.

Diálogo buscado nas práticas educativo-populares da educação de jovens e adultos na Usina Catende e que já está presente na obra de Paulo Freire, tomando forma na sua visão de liberdade e de educação. A sua pedagogia não enaltece aquele que *ensina* (o professor), mas aquele que coordena as atividades de docência, promovendo a prática do diálogo. O diálogo é a condição essencial de sua tarefa de coordenador que se afirma sem imposição e cuja condição de aprendizagem associa-se à tomada de consciência da situação vivida pelo educando. Esta situação se concretiza à medida que se desenvolve o diálogo do homem com o homem. Assim, ele constrói a liberdade como um modo de ser e define o seu próprio destino, só podendo ser sentido na história dele mesmo, abrindo espaço para a igualdade entre as pessoas.

A educação popular, pelo diálogo, caminha para a superação das formas existentes de opressão, uma pedagogia emancipatória, presa a um juízo existencial onde se faz

---

<sup>11</sup> A obra de Platão chegou, até nós, por meio de seus Diálogos.

necessária a liberdade da prisão da ignorância e da inconsciência e a busca incessante da igualdade.

Uma educação popular que proporcione a descoberta e construção da própria identidade. Sem esta, não há condição de libertação por parte do oprimido. Sua identidade é componente do mundo da vida, sua exterioridade, a razão do outro, tendo aí o início do caminho para a liberdade e se entendendo como um igual com os outros. Liberdade, autonomia e igualdade presentes como elementos utópicos, pois se afirmam num pensamento que virá sem um receituário definido e sem a inexorabilidade histórica. Essa parece está sendo a marcha educativa no processo Harmonia/Catende.

### *Considerações*

Como expressão de síntese, é possível vislumbrar-se um desenvolvimento, a partir das várias experiências históricas e outras mais recentes como os exemplos citados - em particular o da Usina Catende - em que a educação popular pode ser abalizada na perspectiva de um conjunto de elementos teóricos que fundamentam ações educativas, relacionadas entre si e ordenadas segundo princípios e experiências que, por sua vez, formam um todo ou uma unidade. Um sistema aberto de trabalho educacional detentor de uma filosofia que, por sua vez, pressupõe as seguintes dimensões: *uma teoria do conhecimento, metodologias dessa produção de conhecimento, conteúdos e técnicas de avaliação*, sendo sustentada por uma *base política*.

Essa teoria do conhecimento tem como pressuposto inicial a realidade e um fazer história compreendido à medida que surgem novos temas ou que se aprendam e realizem valores inéditos. História quando o homem faz novas formulações, mudando as suas maneiras de agir, pensar e relacionar-se com os demais humanos. Vai se constituindo como um trabalho humano, em que se dá *em e pela* prática do indivíduo, enquanto humaniza a natureza e naturaliza a dimensão de ser humano.

A sua verdade exige o debruçar-se sobre a própria realidade, sob a forma de atividade prática. Detém, por sua vez, uma metodologia capaz de possibilitar que cada um transforme-se em protagonista de sua própria história, à medida que seja útil à organização

de seus pares, sistematizando e reelaborando os conhecimentos de sua classe. Presta-se para o desenvolvimento das habilidades e de atitudes como: orientar, dirigir e organizar debates e reuniões, sistematizar e expressar idéias e opiniões, reunir, criticar e sintetizar informações. Além disso, requer a percepção da importância e a necessidade de organização e troca de informações entre os próprios trabalhadores.

Contém conteúdos e avaliação originados da própria realidade, adquirindo diferenciadas modalidades de trabalho pedagógico, pois ele está sendo dirigido *aos e pelos* moradores de periferias de cidades, camponeses, trabalhadores e demais categorias de pequenos produtores rurais de trabalho direto, em especial, nessa experiência da Usina Catende. Exige pensar que tudo está em movimento, inclusive, o ato pedagógico. Recorre-se à análise do processo que também está em movimento. A avaliação dos conteúdos da educação popular, por sua vez, só terá sentido quando for conduzida para a análise organizativa de todo processo educativo em andamento. A educação popular é alimentada por uma base política enquanto promotora da superação do silêncio imposto a cada um, pela preparação intelectual dos trabalhadores, pela construção moral dessa classe e pela capacitação para o exercício da direção política.

Assim, é possível algum avanço na conquista da cidadania, entendida como a explicitação das possibilidades de acesso do indivíduo à produção, à gestão e ao usufruto dos bens e serviços da sociedade, rompendo com o fenômeno, tão atual, de exclusão social. Essa resistência possibilita, inclusive, a participação nesse modelo de Estado, não no sentido de reprodução da exclusão, mas, segundo Yeno Neto (1993: 153), para “gerar projetos de trabalho no interior do Estado que objetivem reforçar e apoiar as organizações populares no que elas têm de autonomia frente ao próprio Estado”.

Os processos em educação popular, na busca da autogestão produtiva – Harmonia/Catende -, vêm expressando resistência às formulações de uma ética e de uma moral utilitária que fomentam e enfatizam a individualidade em nome, prioritariamente, de um benefício pessoal. A ela contrapõe-se a ética da comunicação, do diálogo, da responsabilidade social, da democratização, da justiça social, da igualdade de direitos, do respeito às diferenças, das escolhas individuais e grupais, elementos que potenciam a dimensão comunitária e a solidariedade entre as pessoas, na construção de outras formas de racionalidade e o trabalho incessante da construção de um outro desenvolvimento social.

O que vem acontecendo aqui parece mostrar uma educação popular que se apresenta como um dos vetores principais na condução para um outro processo de desenvolvimento, reforçando não só a técnica ou meramente a produtividade mesmo que esta seja necessária. Busca-se uma formação baseada em outros valores, como o da solidariedade entre empregados, desempregados ou trabalhadores precários. Constroem-se os procedimentos metodológicos que auxiliam na integração dos trabalhadores, além de fortalecer a compreensão de seu papel social. Constituintes da educação popular que estão sendo aplicados nesse empreendimento econômico, presentes nas lutas sociais e necessários para o preparo de um outro desenvolvimento regional. Enfim, ao que parece, um desenvolvimento em bases a uma outra teoria pedagógica advinda das lutas sociais, pautada por vetores político-humanistas voltados à conquista coletiva da igualdade, liberdade, justiça e da felicidade.

## **REFERÊNCIAS**

- CANCLINI, Nestor Garcia. De qué estamos hablando cuando hablamos de lo popular? In: *Comunicación y culturas populares em Latinoamérica*. México: Gili, 1987.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. 6<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- LIMOEIRO CARDOSO, Miriam. *La construcción de conocimientos: cuestiones de teoría y método*. México: Era, 1977.

MELO NETO, José Francisco de. *Usina Catende – entre a doçura e a harmonia*. Relatório parcial da pesquisa – Extensão universitária, autogestão e educação popular. Catende: outubro de 2002.

PINTO, Álvaro Vieira. *Ciência e resistência. – problemas filosóficos da pesquisa científica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RODRIGUES, Luiz Dias. Como se conceitua educação popular. In: Melo Neto, José Francisco de & Scocuglia, Afonso Celso Caldeira. *Educação Popular – outros caminhos*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.

SOUZA, João Francisco de. *A democracia dos movimentos sociais populares: uma comparação entre Brasil e México*. Recife: Bagaço, 1999.

YENO NETO, Genaro. Participação popular nos serviços públicos de saúde: alguns pontos para reflexão. *Revista Temas em Educação*, n<sup>o</sup> 3. Mestrado em Educação. João Pessoa: 1993.

#### **BIBLIOGRAFIA DIRETAMENTE LIGADA À USINA CATENDE**

*A cana-de-açúcar na região da mata pernambucana*. Manoel Correia de ANDRADE e Sandra CORREIA. Recife: Editora da UFPE, 2001.

*Complexos Cooperativos – diagnóstico da Mata Sul*. Projeto de pesquisa da CUT (Central Única dos Trabalhadores). Recife, 2001.

*Educação de Jovens e Adultos*. CUT (Central Única dos Trabalhadores). Recife: Editora Bagaço, 2002.

*Idéias Gerais do Projeto Catende/Harmonia*. Catende: maio, 2000. (mimeo).

*Manifesto – Zona da Mata para a maioria da população*. Articulação de Entidades da Mata Sul. Palmares: julho, 1999. (mimeo).

MELO NETO, José Francisco de. *Política e mudança: perspectivas populares*. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2002.

\_\_\_\_\_. *Extensão Universitária, Autogestão e Educação Popular*. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2004.

*Pesquisa sobre Diagnóstico Jurídico da Empresa.* Anteag – Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias. Sem data. (mimeo).

*Projeto dos Trabalhadores da Usina Catende.* Mário BORBA e Marivaldo SILVA. Catende: setembro, 2001. (mimeo).

RIBEIRO, Bruno. *Estudo sobre impactos econômicos, sociais e ecológicos de uma abertura acelerada do mercado europeu do açúcar sobre o Brasil.* Documento de Pesquisa. Outubro, 2002. (mimeo).